



Recebido em: 01/02/2015

Aceito em: 02/03/2015

Resenha: MOTTA, Antonio. **À flor da pedra. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco Editora Massangana, 2009.

Aleska Lemos Gama da Silva

IH-UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/0531978533140355>

“À flor da pedra” é o resultado de uma pesquisa que dialoga os conhecimentos histórico, antropológico e arqueológico para analisar as dinâmicas socioculturais e as formas tumulares de 12 cemitérios brasileiros. Cinco deles estão localizados no Rio de Janeiro, dois em São Paulo, dois em Belém, um em Salvador, um em Recife e um em Manaus. Estas cidades eram as que mais acumulavam riquezas no país na segunda metade do século XIX e início do XX, e por isso podiam aderir a nova forma sepultamento implantada no país : os jazigos familiares.

Antes, porém, de explicar sobre essa forma burguesa de sepultamento, é preciso explicar que é durante o século XIX que o Brasil passa a se preocupar com a profilaxia sanitária e que isso acarreta o afastamento dos mortos dos núcleos urbanos (MATTOSO apud MOTTA, 2009: 13). Os sepultamentos em igrejas¹ foram proibidos por se acreditar que os vivos ficariam doentes ao conviver durante as missas com os corpos em decomposição, e assim o espaço do cemitério foi concebido. Sobre isso, Rodrigues (2006: 146) fornece uma explicação mais detalhada:

Subitamente, uma nova consciência urbanística e higiênica se manifesta, lembrando que determinados abusos não poderiam continuar sendo praticados, especialmente a facilidade demasiadamente grande com que se permitia a construção de

¹ Realizava-se sepultamentos dentro das igrejas, pois acreditava-se que quanto mais próximo do altar e das relíquias sagradas da igreja, mais perto os mortos estavam de garantir sua salvação eterna (MOTTA, 2009: 30).

moradas de mortos no meio das habitações dos vivos. Estas novas técnicas vêm advertir que os “odores fétidos” exalados pelos cadáveres eram uma indicação da própria natureza de que eles deveriam ser postos à distância; além disso, estas teorias reabilitavam as decisões dos povos da Antiguidade no sentido de colocar os mortos em sepulturas periféricas.

Essa nova “consciência urbanística” acarreta em mudanças sociais importantes. Ao deixar de participar do cotidiano da comunidade dos vivos, a morte e consequentemente, o luto passam por um processo de individualização, ficando cada vez mais restrito apenas às pessoas mais íntimas (processo que se intensifica no século XX com o surgimento de túmulos individuais). No entanto, apesar do evento se tornar individual – pois o contato diário das paróquias com os mortos acabara – a morte é um fato social que se impõe e repercute sobre diferentes aspectos da vida humana. Afinal, os falecidos se tornam parte da memória dos grupos sociais e ajudam a representar a unidade e a continuidade da sociedade, já que o cemitério se torna um espaço de culto cívico e deveria assegurar a solidariedade dos vivos e dos mortos, segundo o ideário positivista (MOTTA, 2009: 34).

Os sepultamentos guardam a memória da família, dos grupos sociais e do morto, porque os vivos neles inscrevem sua identidade, por meio do tratamento que eles dão aos entes falecidos, que por sua vez, depende da forma como encaravam a vida, de suas categorias classificatórias, laços de parentesco, imaginário escatológico e formas de apreensão do mundo, em outras palavras do seu inconsciente coletivo (BORGES, 2013: 4). Tudo isso transfere-se para os rituais fúnebres com a intenção de perpetuar a memória do morto (e assim negar a morte) e promover a coesão do grupo². Dessa forma, escolhe-se os símbolos mais adequados para a perpetuação do falecido, e assim revivê-lo de acordo com as projeções do imaginário familiar.

É preciso destacar, porém, que tanto na época de sepultamentos nas igrejas quanto no início da época dos cemitérios, poder escolher como se representar na morte era um privilégio de pessoas abastadas. Os pobres não podiam pagar para ficar perto do altar ou conseguir uma concessão para um jazigo perpétuo, em sua grande maioria, eram enterrados nas valas comuns, o que só mudaria com o aparecimento das sociedades funerárias, que reivindicaram melhores condições de

² “Todavia, são os rituais realizados pelos vivos e para os vivos, chegando a propiciar momentos de intensa sociabilidade, na maioria das vezes capazes de restaurar e fortalecer liames familiares, congregar e reaproximar membros de outras gerações, reunir indivíduos pertencentes a diferentes grupos.” (MOTTA, 2009: 27)

tratamento durante a morte. As classes trabalhadoras temiam perder sua individualidade na morte e assim não terem direto de serem lembrados.

A conquista da individualização dos mortos da classe trabalhadora no Norte da Itália, não agradou aos pensadores românticos como L.V. De Simoni, cujos ideais de distinção através dos túmulos haviam cativado a burguesia fluminense (MOTTA, 2009: 66). Na Europa, o governo Napoleônico padronizou os sepultamentos, mas aqui em terras tupiniquins, foi adotado o costume de construir monumentos funerários que tinham por missão distinguir a nata da sociedade:

Voltemos, entretanto ao século XIX. O costume recente de sepultamento individual dota os cemitérios de um gigantismo inédito. Não possuir uma sepultura se transforma em algo inadmissível e não possuir uma concessão, algo vergonhoso. Ter uma concessão perpétua transformou-se em uma espécie de título de nobreza, frequentemente afixado sobre as sepulturas. No mesmo sentido de exaltação da individualidade do morto, estas sepulturas começam a se cobrir de monumentos, muitas vezes de grandes dimensões, a lutar por todos os meios contra a possibilidade de o túmulo se tornar invisível e inidentificável. Estas concessões perpétuas não eram dadas a todos. Também não podiam ser objeto de transações comerciais. Desses dois fatos nasce o jazigo familiar, mantido entretanto por uma tradição antiga. (RODRIGUES, 2006: 159).

Esses jazigos familiares eram construídos em torno de um nome, normalmente do patriarca³ ou da pessoa mais importante da família. Esse tipo de túmulo inscreve o indivíduo num passado comum e o une a uma cadeia geracional que o antecedeu. O morto não tem individualidade, pois escolhe ser associado pelo patronímico que une a família ao criar um sentimento de identificação comum que remete ao antigo lar da família enquanto viva com suas relações hierárquicas preservadas (MOTTA, 2009: 111-112). Os jazigos poderiam vir em formato de capelas funerárias, templos neoclássicos, pirâmides etc ou possuir alegorias da vida da família por meio de divindades clássicas (por exemplo, se a família se dedicava ao comércio poderia usar a simbologia do deus Hermes, ou Hefestos, caso fossem da metalurgia) e figuras femininas que no século XIX passaram a representar a saudade e a ressureição. Frisa-se que isto tudo só era possível devido ao processo de secularização que a sociedade ocidental vinha passando, pois assim o poder de intervenção da Igreja sobre as práticas mortuárias morte era menor e porque o país passava por sua Belle Époque, período no qual as pessoas acreditavam poder construir uma civilização avançada por meio da arte (LEMOS, 2014: 9).

³ Motta considera que a figura paterna era muito importante para manter a coesão familiar, pois sua morte gerava discórdia na partilha dos bens e quanto aos valores a serem seguidos pela família, fatos que podiam ser amenizados diante do túmulo da família, que evocava a memória do pai (128: 2009).

Além deste aspecto, a distinção também ocorria por conta de o material (mármore e o bronze) utilizado ser caro, já que normalmente era importado, ou até mesmo encomendava-se as peças com mestres europeus especializados⁴ (MOTTA, 76:2009) e por que o espaço do cemitério era hierarquizado. Os bons lugares (e os mais caros também) ficavam situados nas alamedas centrais, que eram os lugares mais vistos, os mais escondidos destinavam-se aos mortos menos ricos e muitas vezes sem direito à concessões perpétuas. Os pobres também podiam ser enterrados em cemitérios mais afastados das cidades, em valas comuns, mas não foram só os pobres europeus que lutaram por túmulos individuais, os do Rio de Janeiro também buscaram pela preservação de sua individualidade por meio de covas rasas ou catacumbas, que apesar de simples, preservavam sua memória e evitavam o anonimato da vala comum.

Todas essas preocupações são melhores entendidas quando se descobre que por volta da segunda metade do século XIX torna-se comum cultuar os mortos. Era uma prática familiar vista como um hábito de boa conduta moral. Teria sido uma influência do Romantismo? Uma forma de reflexão sobre a efemeridade da vida? Com certeza os pensadores românticos inauguraram essa reflexão, porém, o cemitério como lugar de memória tornou-se uma instituição do Estado, um espaço para cultuar-se os maiores representantes da nossa história, que juntos perpetuam o passado histórico brasileiro. Em resumo, estar junto aos mortos ilustres é como poder sentir-se participante da história nacional e uno com o resto da sociedade (MOTTA, 2009: 154).

De meados do século XX em diante, porém, esse culto cívico vem decaindo. Os túmulos vão se individualizando e novas formas de morte (pois o desencarne dentro de casa ao lado dos parentes vai sendo substituído pela morte no hospital) e de descarte do morto, como a cremação, vem ganhando adeptos e consequentemente novos meios de recordar os mortos vão se constituindo. Dessa forma, as pessoas vão deixando de perceber o sentido da prática funerária de sepultamento em jazigos familiares perpétuos e vão dando preferência a lápides individuais. Afinal, para o autor, a verdadeira memória dos mortos está dentro de seus entes queridos e não nas alegorias tumulares (MOTTA, 2009: 167).

⁴ Às vezes encomendavam as peças no país mesmo, mas o artista tinha que ser renomado para agregar valor à obra. Rodolfo Bernardelli, o diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro era um dos mais requisitados da época (Motta, 89: 2009).

Conclusão:

Na presente resenha pretendeu-se analisar os principais argumentos de Antonio Motta e sua pesquisa sobre os cemitérios brasileiros dos séculos XIX e XX. Esse recorte é importante para a história da religião no Brasil, pois marca uma cisão com a Igreja, que junto com outros acontecimentos (como a instituição dos cartórios civis⁵) tiraram a Igreja do centro da vida brasileira. No entanto esse processo não significa que a doutrina católica tenha perdido sua força, apenas diminuiu o papel da instituição religiosa na organização social.

A importância deste estudo também envolve os estudos sobre medidas sanitárias no Brasil. No ano de 1850, o ano em que alguns cemitérios, como o Catumbi, foram inaugurados na capital do país, surgiu uma grande epidemia de varíola e o motivo para a criação deles era justamente evitar que as pessoas se contaminassem pelos miasmas exalados pelos mortos dentro das igrejas.

Rapidamente esses novos espaços foram vistos como lugares de distinção onde os vivos se reconheciam numa linhagem comum e onde os heróis e pessoas ilustres eram cultuados em feriados como 1º de maio e finados (MOTTA, 2009: 97). A memória preservada em alegorias monumentais era pensada não só em função do morto, mas também pelo culto da sociedade ao passado nacional.

Os jazigos familiares ainda existem nos dias de hoje, preservados em Cemitérios como o São João Batista no Rio de Janeiro, mas em sua maioria, são vestígios de um passado nacional que já não mais se reproduz. Isso porque como os ritos fúnebres expressam uma estrutura social (MORRIS,1), eles acompanham as modificações das mentalidades e por isso incorporaram a demanda por individualização dos sepultamentos, típica de uma sociedade industrial que se preocupa apenas com a própria sobrevivência (RODRIGUES, 2006: 201).

Referências:

_____. BORGES, Maria Elizia. **A estatuária funerária no Brasil: representação iconográfica da morte burguesa.** São Luís. VII Abanne: G't Antropologia da Emoção, Edições do GREM, 8, 2004, CD-Room. Disponível em: <<http://www.artefunerariabrasil.com.br/livrosArtigos.php>> Acessado em: 20 de outubro de 2013.

LEMOS, Aleska. **Descer ao Hades ou Subir aos Céus? A Tradição Inventada do Ecletismo e o Diálogo entre Cristianismo e Politeísmo no Jazigo Perpétuo Da família Maksoud.** Rio de Janeiro, IH [monografia],2014.

⁵ Em outras palavras, a Igreja perde para o Estado o monopólio das certidões de nascimento, casamento e óbito.

- MORRIS, Ian. **The antropology of a dead world**, In: Death Ritual and Social Structure in classical antiquity. Cambridge: Cambridge University Press, 1992;
- MOTTA, Antonio. **À flor da pedra. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Editora Massangana, 2009.
- RODRIGUES, José C. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz 2006.